

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 514 - Brasília, terça-feira, 5 de agosto de 1997

SUS acentua desequilíbrio, diz Waldeck

A distribuição de recursos do SUS acentua os desequilíbrios regionais, segundo Waldeck Ornelas. Ele defende a descentralização dos serviços de saúde, mas não de forma "aleatória e anárquica". **Página 7**



Waldeck: estados ricos recebem maiores parcelas de recursos

Efeito vinculante em 2º turno

PÁGINA 4

Crise na PM é tema de debate

A crise nas PMs é considerada por Lúcio Alcântara "a ponta de um iceberg". Arruda, Melo e Hugo Napoleão também debatem o tema. **Página 5**

Beni prevê aprovação da reforma da Previdência



Beni Veras manifestou a expectativa de que o plenário acolherá sem modificações o substitutivo de sua autoria - recentemente aprovado pela CCJ - à proposta de reforma da Previdência. A confiança de Beni Veras deve-se ao fato de haver incorporado diversas emendas apresentadas por senadores. A discussão em plenário começa no dia 12. **Página 4**

Como obter verbas sem intermediário

Antonio Carlos abre hoje a teleconferência que será levada a todo o país via Embratel

Como obter verbas federais sem intermediação - este é o tema da teleconferência que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abre hoje, às 14h, via Embratel, e que será apresentada em 112 auditórios de todo o país. Qualquer espectador poderá fazer perguntas, pelo telefone 0800-610100 ou pelo fax 0800-610115.

Esta será a primeira de várias teleconferências que o Senado promoverá para levar a vereadores e funcionários de Legislativos informações atualizadas sobre como elaborar orçamentos, prestação de contas e projetos de lei. **Página 3**

Senadores discutem duplicação de rodovia

Francelino Pereira, Mauro Miranda, Ramez Tebet, João Rocha e Otoniel Machado participaram ontem em Itumbiara da audiência pública que discutiu a duplicação das rodovias BR-153 e BR-050 (Goiânia-São Paulo), ampliando a interligação de Goiás, Minas Gerais e São Paulo. **Página 6**



Ministros de Estado, governadores e senadores destacaram em Itumbiara a importância da duplicação das rodovias que interligam os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo

Cabral anuncia em plenário que a comissão não avaliará o relatório de Requião, mas se restringirá "pura e simplesmente ao texto do recurso"

CCJ examina amanhã recurso sobre a CPI dos Precatórios

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), pediu aos integrantes da comissão que compareçam à reunião prevista para amanhã, quando será examinado o recurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) contra decisão da última reunião da CPI dos Precatórios.

Nesse recurso, Geraldo Melo pede que a CCJ delibere se o relatório final apresentado pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) foi aprovado com emendas em anexo, ou se foi modificado pelos votos em separado apresentados por nove senadores. De antemão, Cabral



Cabral faz apelo a membros da CCJ

anunciou em plenário que a CCJ não examinará o relatório de Requião, mas se restringirá "pura e simplesmente ao texto do recurso".

Ele disse ter lido nos jornais diversas matérias sobre as duas últimas reuniões da CPI, sabendo que ali "se estabeleceu uma ligeira confusão en-

tre relatório, votos em separado e emendas". Cabral pediu que, quando a Mesa do Senado enviar o recurso para a CCJ, seja incluído o relatório de Roberto Requião, apenas para conhecimento da comissão, visto que não será mais examinado.

Bernardo Cabral disse também que, antes de a CCJ deliberar sobre o recurso, Geraldo Melo fará uma exposição dos fatos ocorridos e que resultaram na necessidade de deliberar-se sobre a decisão final da CPI dos Precatórios. Só então será escolhido o relator para o recurso, quando a CCJ começará a decidir a questão.

Melo: apreciação de matéria vencida motivou o pedido

Presidente interino da CPI dos Precatórios, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) explicou na sexta-feira, em plenário, por que recorreu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) contra a decisão que emendou o relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR). Ele esclareceu que se insurgiu contra o fato de a CPI ter aberto a discussão e votação de uma matéria já vencida no dia anterior.

Conforme Geraldo Melo, no dia 22 de julho, por maioria, os integrantes da CPI decidiram que os votos em separado apresentados por senadores seriam apensados ao relatório já aprovado de Roberto Requião. No dia seguinte, novamente por maioria, os integrantes da CPI decidiram o contrário. Ele disse que, embora não

concorde com a solução da anexação dos votos em separado, concorda menos ainda com a idéia de decidir-se uma segunda vez um assunto já vencido.

É uma prática extremamente perigosa pegar uma decisão tomada na véspera e modificá-la radicalmente no dia seguinte - aler-

Presidente interino da CPI considera "prática perigosa" mudar radicalmente uma decisão tomada no dia anterior

tou Geraldo Melo, esclarecendo por que, na condição de presidente interino da CPI, primeiro acatou a segunda decisão tomada para, em seguida, contra ela recorrer. Se o recurso for rejeitado, o relatório estará modificado pelos votos em separado oferecidos na última reunião.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador Antonio Carlos Magalhães

14h - Preside solenidade de abertura da primeira teleconferência sobre "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação"

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Discussão em turno único do ***PLC 19/97**, que autoriza o presidente da República a proceder à restituição dos bens ao ex-deputado federal Osmar Dutra.

ESPECIAL

14h às 17h - Primeira teleconferência sobre "Estratégias de Obtenção de Recursos Federais sem Intermediação" dirigida a prefeitos, deputados estaduais, vereadores e servidores das assembleias legislativas, câmaras e prefeituras municipais. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quarta-feira (06.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
O tempo da Hora do Expediente será destinado a homenagem a memória do ex-presidente Ernesto Geisel.
Oradores inscritos: Edison Lobão (PFL-MA), Francelino Pereira (PFL-MG), Elcio Alvares

(PFL-ES), Jefferson Péres (PSDB-AM), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Guilherme Palmeira (PFL-AL).

Ordem do Dia: Primeiro dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 54/95**, que trata do efeito vinculante.

Quinta-feira (07.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da ***PEC nº 54/95**.

Sexta-feira (08.08.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Quarta-feira (06.08.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 6/96**, que torna o voto facultativo; ***PEC nº 52/95**, que suprime o parágrafo 3º do art. 199 da Constituição federal que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País; ***PEC nº 58/95**, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; e ***PEC nº 12/96**, que cria Tribunais Regionais Federais.

Quinta-feira (07.08.97)

10h - Comissão de Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Reunião de trabalho para apresentação de proposta da programação da realização do Seminário em Belém - PA, nos dias 25 e 26 de agosto. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djailma Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Em 112 auditórios espalhados por todo o país, vereadores, prefeitos, deputados e funcionários do Poder Legislativo nos estados e municípios receberão informações sobre recursos para obras comunitárias e projetos sociais

Teleconferência desvenda verba pública

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, abre às 14h de hoje a teleconferência que ensinará, via Embratel, prefeitos, vereadores, deputados e funcionários de Legislativos a obterem verbas federais, sem intermediação, para construção de casas populares, postos de saúde, escolas e estradas, ou para financiar projetos sociais. A teleconferência, a cargo do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), do Senado, será apresentada em 112 auditórios em todo o país, indicados pela Embratel.

Qualquer espectador poderá fazer perguntas, pelo telefone 0800-610100 ou pelo fax 0800-610115. A teleconferência e as respostas estarão a cargo de um especialista do Senado na área, Hipólito Gadelha Remigio. Além do presidente Antonio Carlos Magalhães, deverão falar na



Antonio Carlos: abrindo processo

abertura o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Homero dos Santos. Esta será a primeira de várias teleconferências no Senado sobre a preparação de orçamentos, prestação de contas e elaboração de projetos de lei.

O objetivo é levar a experiência do Senado aos estados e municípios, na tentativa de



Agaciél Maia: intercâmbio

melhorar nossos Legislativos - explica o diretor-geral, Agaciél Maia.

As teleconferências são a primeira parte de um programa para melhorar os Legislativos do país. A segunda fase prevê cursos de treinamento transmitidos pela TV Senado. O Banco do Brasil deverá instalar equipamentos em praticamente todas as prefeituras e

câmaras de vereadores para recepção de imagens da TV Senado e os cursos serão apresentados em horários que não coincidam com as transmissões ao vivo dos trabalhos da Casa.

Esses cursos ocorrerão ao mesmo tempo em que o ILB amplia seus programas de treinamento de servidores do Senado. Neste segundo semestre, serão oferecidos 47 cursos, todos objetivando a modernização do Legislativo. As matérias mais procuradas tratam de licitação pública, orçamento e técnicas legislativas.

Num terceiro passo, o Senado promoverá intercâmbio com parlamentos de outros países. Vem sendo discutido um acordo, entre outros, com o Congresso dos EUA para que o Senado tenha acesso, por computador, a toda documentação de sua biblioteca, considerada uma das mais completas do mundo.

Plenário decide hoje se devolve bens a político cassado em 69

O plenário do Senado aprecia hoje projeto de iniciativa da Presidência da República que autoriza a restituição, pela União, dos bens do ex-deputado federal Osmar Dutra, cassado pela Junta Militar em setembro de 1969, com base no Ato Institucional nº 12.

Conforme decisão do Tribunal de Contas da União, Osmar Dutra não é devedor de quaisquer valores para o Tesouro Nacional. Embora tenha tido seus bens confiscados, com base nas conclusões de processo da Comissão Geral de Investigação, que o apontavam como autor de crime de peculato, o ex-deputado não sofreu condenação penal, não tendo sido sequer processado criminalmente pela alegada prática desse crime.

O projeto de lei em questão, já aprovado pela Câmara dos Deputados, destina-se, de acordo com exposição de motivos do então ministro da Justiça, Nelson Jobim, a reparar parte do prejuízo de que foi vítima o ex-deputado, que teve seu mandato cassado, bens de sua propriedade confiscados e incorporados ao Patrimônio da União, além de ter sido aposentado por tempo de serviço, no cargo de fiscal de rendas do estado de Santa Catarina.

A proposta de restituição de bens não obriga o governo federal a pagar ao interessado qualquer forma de indenização por prejuízos efetivos ou lucros cessantes.

Projeto sobre intermediação está na pauta

Projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) proibindo a contratação de pessoas ou empresas para intermediação ou "assessoramento" na liberação de verbas públicas será votado no próximo dia 13 pelo plenário.

Suplicy argumenta que a CPI do Orçamento constatou há tempos a existência de empresas contratadas para "assessoramento" na libera-

ção de verbas federais ou estaduais.

Ainda mais recentemente chegou ao conhecimento desta Casa a existência de empresa que se dispõe, mediante a assinatura de um prosaico contrato, a envidar esforços para obter, em favor de municípios, recursos públicos e cobrando nada menos que 30% do valor conseguido - afirma Suplicy na justificativa do projeto.

A proposição de Suplicy, um projeto de lei ordinária, foi alterada para projeto de lei complementar pelo relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador José Fogaça (PMDB-RS), sem mudar a essência da iniciativa. O substitutivo de Fogaça afirma que a "assessoria" ou intermediação se aplica a qualquer órgão de governo, incluindo fundações e empresas públicas.



Suplicy: alerta na CPI do Orçamento

Requião aponta "irresponsabilidade" com recursos

Ao fazer uma análise crítica da administração pública federal, estadual e municipal, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse ontem que os meses dedicados à CPI dos Precatórios ensinaram-lhe mais sobre o Brasil que dois anos e meio no Senado.

Não digo das falcatruas, das fábricas de safadezas montadas nas administrações estaduais e municipais, dos porões do sistema financeiro ou do caráter dos homens. Digo da gestão governamental, da ilimitada irrespon-

sabilidade com que a coisa pública é gerenciada - acrescentou.

Conforme o senador, os títulos emitidos e comercializados irregularmente para pagar precatórios consistem apenas numa parte diminuta dessa bomba.

Requião criticou governadores e prefeitos que concedem



Requião: bombas para o futuro

isenções e privilégios para montadoras de automóveis em seus estados e municípios.

Na opinião do senador, esses administradores estão tão "imbecilizados" que não percebem estar copiando o ridicularizado comportamento dos prefeitos que se orgulham de inaugurar fontes luminosas e cores-

tos no passado.

Ele condenou também a "convivência" do governo federal com esses desmandos, dizendo que o exemplo vem do próprio poder central.

"O presidente é o supremo mestre das bombas, o senhor da pólvora, o armador das espoletas, o exterminador do futuro", disse. Em sua opinião, do futuro o presidente da República só espera a reeleição.

Discussão em plenário começa no dia 12 e relator destaca contribuições que aprimoraram o texto final.
Se aprovado em dois turnos pelo Senado, substitutivo retorna à Câmara dos Deputados

Beni: emendas acolhidas viabilizam Previdência

O senador Beni Veras (PSDB-CE) afirmou ontem estar confiante em que o plenário acolherá, sem modificações, o substitutivo de sua autoria à proposta de reforma da Previdência Social, recentemente aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A expectativa do senador baseia-se no fato de ter incorporado ao parecer diversas emendas apresentadas por senadores. A discussão em plenário começa no próximo dia 12 (terça-feira), e, se aprovado o substitutivo em dois turnos pelo Senado, a proposta retornará ao exame da Câmara.

Dentre as modificações introduzidas no substitutivo mediante emendas dos senadores, Beni Veras destaca a de autoria de Roberto Freire (PPS-PE), transformando a

Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em permanente e destinando-a ao financiamento da Seguridade Social.

De acordo com Roberto

Relator defende uma nova reforma daqui a cinco anos e sugere criar uma comissão ampla para estudar as mudanças

Freire, a experiência em outros países demonstra que essa contribuição é imune à sonegação e de fácil arrecadação. Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a CPMF deveria ser vinculada às pastas da Saúde e da Previdência.

Beni Veras reconhece entre as emendas mais importantes a do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra

(PT-SE), permitindo que o servidor acumule aposentadorias, desde que não ultrapasse um teto que será definido na reforma administrativa.

Outra contribuição "do maior alcance" oferecida durante a tramitação na CCJ, segundo Beni Veras, é a apresentada pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), de modo a manter todos os direitos e garantias adquiridos pelos servidores civis ou militares aposentados.

Beni Veras entende que dentro de no máximo cinco anos a Previdência Social deverá sofrer uma verdadeira reforma. Com esse objetivo ele sugere a formação de uma comissão ampla, integrada pelos mais variados segmentos da sociedade brasileira.



Ronaldo (autor) e Jefferson (relator) apontam vantagens da proposta

Efeito vinculante será discutido em 2º turno amanhã

O plenário do Senado começa a discutir amanhã, em segundo turno, a proposta de emenda constitucional que institui o efeito vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal para outros tribunais e órgãos e empresas federais, estaduais e municipais. A proposta foi aprovada pelos senadores em primeiro turno durante a convocação extraordinária de julho. A votação final no Senado poderá ocorrer no próximo dia 12, terça-feira.

De autoria do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e relatada pelo senador Jefferson Péres (PSDB-AM), a mudança constitucional estabelece que só haverá efeito vinculante caso dois terços dos

ministros do STF dêem sua concordância. Além disso, somente poderá haver tal efeito nas decisões definitivas de mérito e nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo. Se aprovada em segundo turno, a alteração ainda será votada pelos deputados, também em dois turnos.

Tanto para o autor quanto para o relator da emenda constitucional, o efeito vinculante irá reduzir em muito o número de ações que tramitam pela Justiça, principalmente porque cerca de 60% dos processos tratam de pendências previdenciárias e tributárias.

Regina vê avanço no substitutivo

A senadora Regina Assumpção (PTB-MG) afirmou que o substitutivo do senador Beni Veras à proposta de reforma da Previdência, embora não seja o ideal, representa um avanço na direção de um país mais justo. Ela ressaltou o trabalho e a capacidade de negociação do relator, lembrando que "a política é a arte do possível".

Regina Assumpção disse ter ficado satisfeita com a aprovação de emendas que apresentou com a intenção de corrigir distorções que poderiam "ser motivo de injustiças



Regina: distorções corrigidas

e violação de direitos". Entre as medidas, citou a que prevê a revisão das aposentadorias

e pensões na mesma proporção em que se verificarem modificações na remuneração dos servidores em atividade ou quando lhes forem concedidos quaisquer outros benefícios.

A senadora destacou, ainda, emendas que apresentou com o objetivo de permitir a aposentadoria especial para os professores da rede pública de ensino de primeiro e segundo graus e a que impede a cobrança de contribuição de aposentados e pensionistas cujos proventos ou pensões estejam abaixo do teto do regime geral de previdência social.

Miranda cobra prioridade para reforma tributária e fiscal



Miranda: confusão tributária

A necessidade de se dar prioridade à reforma tributária e fiscal foi defendida pelo senador Gilberto Miranda (PFL-AM). Ele disse que as reformas administrativa e previdenciária são urgentes, mas a tributária é medida "impostergável para a clara definição dos deveres da União, estados e municípios, em relação à despesa dos serviços públicos".

O senador citou como exem-

plos de fatos que, a seu ver, confundem o contribuinte e desestabilizam o mercado a cobrança da CPMF e as intrincadas normas legais e infralegais, que, conforme acentuou, criam obrigações principais e acessórias, "a par da pesada carga tributária que sobrecarrega a vida financeira de pessoas físicas e jurídicas".

De acordo com Gilberto Miranda, é preciso fazer uma pro-

funda reformulação do ordenamento jurídico-tributário brasileiro, desde os seus fundamentos constitucionais até a sua regulamentação veiculada por normas infralegais. Ele também destacou que a divisão das competências tributárias merece especial atenção em face de uma reformulação das responsabilidades funcionais das pessoas jurídicas de direito público.

- Cabe observar, ainda, a presente necessidade de se reduzir, ao máximo possível, os encargos sociais que, há décadas, recaem sobre a folha de pagamento de empregados, fato que tem motivado a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores em nosso país, contribuindo para as altas taxas de desemprego entre nós - lembrou.

SEGURANÇA

Alcântara teme que revolta seja apenas "a ponta de um iceberg"



Melo: policiais não são bandidos

Melo pede calma na discussão

"É muito simples dizer que todas as mazelas se resolverão na hora em que se federalizarem as decisões", disse sexta-feira o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), ao pedir calma no debate sobre a crise dos policiais militares de vários estados.

Apontando o risco de adotar-se um remédio para uma doença diferente da diagnosticada, ele pediu que o Legislativo não se deixe dominar pela "preocupante" conjuntura.

Para o senador, é preciso incorporar a noção de que "disciplina não é apenas um dever do disciplinado, mas também de quem dá as ordens, na discussão desse assunto".

Geraldo Melo elogiou o governador do Ceará, Tasso Jereissati, pelas medidas tomadas para punir os responsáveis pela rebelião e criticou a idéia, que, como acentuou, proliferou no país de má conduta dos policiais: "Difundiu-se na cabeça do povo que os grandes bandidos são os policiais".

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) disse que ninguém no Brasil louva a rebelião das polícias militares; pelo contrário, observou, "todos querem vélas disciplinadas e eficientes".

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) classificou ontem como "a ponta de um iceberg" as manifestações das polícias militar e civil por aumentos salariais, em alguns estados da Federação. Ninguém pode desconhecer, disse, que, após três anos sem reajustes, os funcionários públicos estejam altamente insatisfeitos: "Há, reconhecidamente, uma inflação acumulada ao longo da aplicação do Plano Real".

Na sua opinião, a adoção do Plano Real permitiu incorporar ao mercado de trabalho milhões de brasileiros, melhorando suas condições de vida. No entanto, "não se pode negar que o custo de vida se mostra



Alcântara: polícia ganha mal alto para quem recebe salários os baixos.

Apesar de criticar "a quebra da hierarquia e a greve de uma corporação armada", Lúcio Alcântara considera que é preciso examinar com profundidade "o cenário" onde ocorreram essas manifestações policiais

que, no seu entendimento, não são apenas de responsabilidade dos estados.

Assim, as políticas macroeconômicas, a carga da União, têm reflexo direto nos estados e os juros altos af determinandos, por exemplo, provocaram aumento das dívidas estaduais levando alguns estados à falência, disse.

Em aparte, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) argumenta que o problema enfrentado por algumas polícias militares tem origem dentro das próprias corporações. Ele afirmou que a proposta de reforma administrativa do governo federal busca resolver também essas questões.

Arruda anuncia solução para PMs

O líder do governo no Congresso, José Roberto Arruda (PSDB-DF), anunciou na sessão de reabertura dos trabalhos do Senado, sexta-feira, que, bem antes da crise com os policiais militares em Minas Gerais, o Ministério da Justiça já tinha reunido uma comissão para estudar uma solução para as PMs. Ele disse que há 90 dias está em elaboração proposta de mudança, a ser levada ao presidente da República e ao Congresso.

Na opinião de Arruda, a crise veio demonstrar que a solução é a transformação radical, relacionada com a regulamentação do artigo 144 da Constituição: "O Congresso não se furtará a analisar nenhum tipo

de alteração, inclusive constitucional".

- Me parece que o artigo 144 é um arcabouço básico para a estruturação das forças de segurança nos estados. O Ministério da Justiça, via Secretaria de Direitos Humanos, e o próprio presidente da República têm deixado claro quais são as iniciativas congressuais que podem ser tomadas.

Arruda disse que, em toda a avaliação dessa crise, "é preciso ficar claro que a sociedade não deseja ver a quebra da hierarquia e da disciplina". Ele elogiou a postura enérgica do governador Tasso Jereissati contra os policiais no Ceará.



Arruda: pela regulamentação

Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apontou dois problemas a considerar: a crise da disciplina e a reestruturação das corporações. Para ele, prioritariamente o governo deveria preocupar-se com a remuneração, para restaurar a tranquilidade nos quartéis, e somente depois pensar na reestruturação das PMs.

Napoleão lê texto que pede mudanças imediatas

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) registrou, para que conste nos Anais da Casa, artigo sob o título "A Crise é Séria", em que o seu autor, Reginaldo Oscar de Castro, secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil, defende a imediata revisão da política de segurança do país.

No artigo, publicado no jornal *O Globo* de 16 de julho, o advogado afirma que a discussão sobre o assunto já começa com "considerável atraso" e salienta que a crise das polícias militares é "subproduto da crise conjuntural por que passa o Estado brasileiro".



Napoleão: artigo nos Anais



Tuma: confiança no futuro

Tuma elogia formandos paulistas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) afirmou que o Curso Superior de Polícia, de São Paulo, "gerido por autoridades vocacionadas e bem formadas para o exercício do poder em apoio ao cidadão de bem e às instituições democráticas", oferece garantia de um sistema de segurança pública nos moldes pretendidos por todos os brasileiros.

Ele se referia à formatura, ocorrida recentemente, da terceira turma do curso que é destinado aos policiais de mais alto posto da carreira, a de Delegado de Classe Especial. Esse fato, a seu ver, fortalece a confiança no futuro da Polícia Civil de São Paulo e deve servir de exemplo aos demais estados.

De acordo com Tuma, o curso abrange matérias como Criminologia, Medicina Legal, Administração Orçamentária e Financeira, Legislação Penal Complementar e outras. Oferece palestras com especialistas de áreas de interesse da carreira, e os alunos submetem-se, ao final, a provas escritas, além de defenderem teses elaboradas individualmente.

O senador parabenizou os formandos, que são, na sua opinião, "exemplos de policiais experientes já provados e aprovados profissionalmente durante anos, mas capazes de superar tabus, sacrifícios e desafios só vividos nos longos bancos universitários ou no início da carreira, com humildade, apenas para servir cada vez melhor os cidadãos e a pátria".



Francelino Pereira leu a mensagem do presidente da República, destacando a importância das rodovias

Audiência pública serviu para demonstrar a necessidade da obra que amplia a interligação de Minas, Goiás e São Paulo

Senadores discutem estratégia de duplicação das BRs-153/050

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Mauro Miranda (PMDB-GO), Ramez Tebet (PMDB-MS), João Rocha (PFL-TO) e Otoniel Machado (PMDB-GO) participaram ontem, em Itumbiara (GO), da audiência pública para a discussão da obra que duplicará as BRs-153/050, malha rodoviária que amplia a interligação entre os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo.

O propósito da audiência foi discutir com líderes representativos das sociedades mineira e goiana as estratégias administrativas para essa obra, uma das mais importantes entre as 42 previstas no plano *Brasil em Ação*, do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Além dos senadores, participaram da solenidade os governadores Maguito Vilela (GO) e Eduardo Azeredo (MG), e os ministros dos Transportes, Eliseu Padilha, do Planejamento, Antonio Kandir, e da Justiça, Iris Rezende.

Presidindo interinamente a Comissão Especial do Corredor de Transportes Centro-Leste, o senador Francelino Pereira leu mensagem do presidente da República enaltecendo o significado da obra para o escoamento da



Os senadores Mauro Miranda, Ramez Tebet, Otoniel Machado e João Rocha estiveram na audiência pública em Itumbiara para debater a duplicação das rodovias



produção da região e para o fortalecimento do Mercosul.

O senador Mauro Miranda também discursou, afirmando que o governo ainda pode fazer muito pelo transporte in-



termodal. A maioria dos oradores louvou a obra como importante ponto de partida para o escoamento da produção da região pelos portos do Sul do país.

Coutinho congratula BNDES pela disposição de retomar Projeto Jari

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) congratulou ontem o governo federal pela disposição de viabilizar o Projeto Jari. Ele informou que o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luís Carlos Mendonça de Barros, em visita a Belém, discutiu com políticos da região soluções para salvar o projeto, que teve suas atividades suspensas recentemente, depois de um incêndio.

De acordo com Coutinho Jorge, o presidente do BNDES afirmou que o projeto é importante, mas ressaltou que, para ele ser viabilizado, é preciso encontrar alguma solução para a energia necessária ao seu funcionamento. Conforme o senador, Mendonça de Barros sugeriu duas alternativas: a construção de uma hidrelétrica no local ou o aumento da capacidade de energia da hidrelétrica de Paredão, no



Coutinho Jorge: defesa do Jari

Amapá, usando o excedente para o projeto.

- Ficou decidido também que os governos estaduais do Pará e do Amapá assumiriam os compromissos sociais do Projeto Jari. Afinal, ele emprega 7 mil pessoas, que ficaram sem condições de sobrevivência com a suspensão das atividades. A união do governador do Pará, Almir Gabriel, e do governador do Amapá, João Capiberibe, em favor do projeto, foi um dos aspectos positivos das reuniões com o presidente do BNDES - disse.

Odacir Soares elogia censo de assentamentos rurais

O senador Odacir Soares (PFL-RO) disse que o *Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária* "faz aumentar nossa luta para promover a reforma agrária e os projetos de assentamento com legislação mais adequada, recursos financeiros, equipamentos e, sobretudo, mais compreensão e solidariedade para com a luta dos sem-terra".

A pesquisa, elaborada pelo Inera e pela Universidade de Brasília, catalogou 1.425 projetos, com 317,4 mil famílias beneficiadas.

- Ao trazer ao conhecimento da Casa este relatório, não posso deixar de parabenizar todos que participaram do esforço de colocar aos olhos da sociedade brasileira todo o cabedal de conhecimentos que foi produzido - frisou.

De acordo com Odacir Soares, o censo demonstrou que



Odacir: pesquisa valiosa no campo

78,7% dos assentados eram agricultores, 4,4% eram trabalhadores rurais e 2,8% trabalhavam com pecuária.

O senador informou que, no quesito trabalho/produção, as categorias posseiro, proprietário, assalariado e arrendatário são as que têm maior incidência. A média anual da renda monetária familiar dos assentados é de R\$ 3.284,51. A maior concentração de renda ocorre na região Sudeste, cuja média é de R\$ 5.484,49, e a menor é na região Nordeste, R\$ 2.112,77.

Os estados mais ricos, como os das regiões Sudeste e Sul, ganham fatias maiores das verbas, comprovando, para o senador, que recebe mais quem paga mais funcionários

Waldeck aponta distorções na distribuição de recursos do SUS

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) afirmou ontem que, à semelhança do crédito educativo, do salário-educação, do FGTS, do BNDES, da irrigação e dos incentivos para a ciência e a tecnologia, a distribuição de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) tem funcionado segundo o princípio do "desequilíbrio institucionalizado", acenando e legitimando os desequilíbrios regionais do país.

Ele defendeu a descentralização dos serviços de saúde, mas não de forma aleatória e anárquica, com a União simplesmente deixando de exercer suas funções. É preciso, a seu ver, desenvolver ações de capacitação e assis-

tência técnica, além de garantir recursos humanos para as regiões em que eles são escassos. Na sua opinião, é preciso também unificar nacionalmente os gastos *per capita* e garantir recursos proporcionalmente superiores aos estados com altas taxas de mortalidade infantil.

Waldeck defendeu, ainda, uma reformulação na estrutura de gastos do SUS, para privilegiar a medicina preventiva, a saúde pública, os programas



Waldeck: SUS serve aos ricos

de vacinação e de controle de endemias.

Os diferenciais no gasto *per capita* estadual em 1996, na opinião do senador, demonstram que o SUS privilegia os estados mais ricos. Nesse ano, para uma média nacional de gastos *per capita* de R\$ 50,24, apenas seis unidades da Federação ficaram acima dela, e 21 estados abaixo da média, sendo que Roraima registrou apenas R\$ 25,41 *per capita*, observou. A distribuição regional dos recursos do SUS evidencia a mes-

ma concentração, destacou o senador.

Para Waldeck Ornelas, o principal fator de distorção nos repasses do SUS está na "lógica do faturamento" - o sistema paga pela prestação dos serviços e não pelas necessidades da população. Dos cinco estados que mais gastam com pessoal, três estão entre os que mais recebem recursos, afirmou.

Em aparte, o senador Edisson Lobão (PFL-MA) disse que a injustiça é mais grave quando se considera que "a população mais pobre e carente é a que mais adoecer", por deficiências nutricionais e falta de serviços de saneamento básico.

Emenda prevê controle sobre incentivo fiscal

Os senadores começarão a discutir no próximo dia 12 uma proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) que dará poderes ao Senado para definir as condições em que os estados e o Distrito Federal poderão conceder isenção fiscal para quaisquer empresas.

Waldeck afirma em sua justificativa que hoje tais isenções têm de ser aprovadas, por unanimidade, pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), um órgão do Executivo onde cada secretário de Fazenda estadual tem um voto. Por causa dessa unanimidade, segundo ele, os estados ricos vetam as tentativas dos estados pobres para conceder vantagens destinadas a atrair indústrias.

- Resquício indesejável do período autoritário, o Confaz representa hoje, como órgão legiferante, escrescência incompreensível dentro do processo legislativo tributário - afirma o senador. Para ele, "a verdade é que a missão de legislar", principalmente sobre matéria tributária, "jamais pode ficar totalmente afeta ao Poder Executivo".

A proposta pretende colocar um fim à chamada "guerra fiscal" entre os estados para atrair indústrias. Waldeck Ornelas lembra que, com o interesse de indústrias de veículos em aumentar sua produção no país, registrou-se "um festival explícito" de diversos estados e municípios do Sul-Sudeste na concessão de incentivos fiscais para atração dos novos investimentos. Com isso, na opinião do senador, estados e municípios abriram mão de receitas tributárias.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), apresentou emenda à proposta, mas sem alterar sua essência, prevenindo que o Senado baixará resolução definindo, para cada região, os parâmetros para estados e o DF concederem qualquer espécie de subsídio ou incentivo fiscal.



Jucá: esperança na 2ª instância

Jucá festeja condenação em Roraima

Como presidente da comissão temporária de investigação e sindicância sobre a morte de cerca de 60 bebês na Maternidade Nossa Senhora de Nazaré, de Roraima, o senador Romero Jucá (PFL-RR) informou ontem que, acolhendo ação proposta pelo Ministério Público estadual, um juiz de 1ª instância decidiu pela condenação do governo do estado, que deverá indenizar as famílias das crianças mortas.

Depois de afirmar que "essa condenação é um alento", o senador disse esperar que os juízes de 2ª instância, que darão a decisão final, não tentem, "mais uma vez, entrar na contramão da História, como já aconteceu em outras situações".

Emissão de bônus mês passado foi bom negócio, garante Amin

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou que, ao contrário da avaliação feita por uma parte minoritária da imprensa especializada, a emissão de 3 bilhões de dólares em bônus globais, colocados pelo governo no mercado financeiro internacional em julho, foi uma operação vantajosa para o país.

Têm razão os técnicos do Banco Central, para os quais a maior transação brasileira no mercado externo teve seu êxito assentado na colocação de papéis com prazo de 30 anos, o que representa "um voto de confiança na economia brasileira", garantiu.

- Não ocorreu preocupante alongamento da dívida externa, como se comenta, pois a maior parte da troca compreendeu bônus de desconto e ao par. Também, a operação não modificou o perfil de pagamentos de juro externo ou exerceu influência sobre o déficit em conta corrente, conquanto abra o

país a vantajosa perspectiva de não enfrentar dificuldades externas no curto prazo - argumentou.

Relator, na Comissão de Assuntos Econômicos, das duas resoluções que autorizam o governo a realizar a operação de crédito externo, Amin destacou que a estrutura de colocação dos bônus permitiu que a autoridade econômica definisse o momento mais adequado à emissão dos títulos, cujos recursos serão utilizados na substituição da dívida mobiliária interna por dívida externa, a menores custos e maiores prazos.

O senador contestou crítica do professor da UFRJ Reinal-

do Gonçalves, publicada no jornal *Correio Braziliense*, segundo a qual a procura 20 vezes superior à oferta de bônus globais brasileiros deveu-se ao pagamento de juro de 395 pontos acima dos rendimentos dos títulos do Tesouro americano, o que teria sido prejudicial aos interesses nacionais.

Conforme o senador, a crítica omite que o país teve ganho efetivo ao trocar títulos antigos com deságio e não destaca que "a transação reduziu o principal da dívida externa, possibilitando economia de 220 milhões de dólares, até o resgate dos novos títulos".



Amin: transação reduziu o principal da dívida externa

Preocupado com as notícias sobre possível colapso da Encol, Edison Lobão anuncia projeto para criação de seguro destinado a proteger quem adquire imóveis a serem construídos

Garantia a comprador de imóvel

O senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou ontem que apresentará brevemente projeto para criar um seguro que garanta os investimentos populares feitos para a aquisição de habitações a serem construídas. Ele está preocupado com as notícias que prevêem o colapso total da Encol, fato que, a seu ver, ocasionaria a perda da poupança de milhares de brasileiros que confiaram na empresa para a compra da casa própria.

- Na verdade, chego a colocar em dúvida o noticiário da imprensa em torno do as-



Lobão: interesses de 42 mil mutuários

sunto - afirmou Lobão, ao lembrar que a construtora "há algum tempo está sob a responsabilidade gerencial do poder público federal. Conforme explicou, à frente da Encol está um qualificado especialista indicado pelo Banco do Brasil, que, juntamente com a Caixa Econômica Federal e o Banco do Estado de

São Paulo, lidera um pool de bancos encarregados de efetivar um acordo que garanta recursos do Sistema Financeiro da Habitação para a retomada de cerca de 700 obras paralisadas.

Na opinião do senador, parece claro que, a partir de um determinado momento, o problema da construtora foi assumido de fato e de direito pelo governo federal. "E o fez, aliás, com muita oportunidade e alto espírito público, pois o poder central não poderia se omitir frente a uma situação empresarial grave, que abarca os interesses de 42 mil mutuários e de 12 mil funcionários da Encol, num universo familiar de aproximadamente um quarto de milhão de brasileiros", salientou.

Citando o noticiário da imprensa, Edison Lobão iden-

tificou a nova crise da construtora na intenção demonstrada pelo Banespa de retirar-se do pool de bancos. Ele assinalou que o "credor de R\$ 87 milhões da Encol, o Banco do Estado de São Paulo, entraria com R\$ 300 milhões para uma caixa comum, que, realizando o capital de R\$ 1,2 bilhão, sustentaria o acabamento das obras paralisadas da empresa".

O senador disse confiar nas providências que tomará o Ministério da Fazenda para resolver a questão. Conforme ressaltou, a falência da Encol "teria efeitos dramáticos" no mercado imobiliário e comprometeria "por gerações as perspectivas brasileiras de poupança interna, com sérias seqüelas para os fundos de pensão, a nossa maior esperança no campo da poupança e da previdência privada".



Nabor: esvaziamento

Nabor apela ao Basa para que mantenha agências no AC

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) fez ontem veementemente apelo à presidência e à diretoria do Banco da Amazônia (Basa) para que outras agências do estabelecimento no Acre não sejam fechadas, como ocorreu na cidade de Xapuri. Para o senador, as já precárias condições econômicas do estado serão ainda mais agravadas com a desativação de agências bancárias.

Nabor disse que a presidente do Basa, Flora Valadares, informou-lhe que as agências do banco nos municípios de Tarauacá, Sena Madureira e Feijó também estão ameaçadas de fechamento, devido aos sucessivos prejuízos registrados por elas. No caso de Xapuri, observou o senador, o município está reduzido a uma única agência do Banco do Estado do Acre, pois, além da do Basa, a do Banco do Brasil encerrou as suas atividades.

Nabor Júnior considerou que a situação bancária estadual revela o esvaziamento econômico do Acre, mas afirmou acreditar que ainda há possibilidade de evitar o fechamento de outras agências, desde que os governos estadual e federal aloquem recursos para o financiamento de atividades empresariais.

Abdias critica descaso com educação

A extinção, pelo governo do Rio de Janeiro, do Programa Especial de Educação e o abandono de grande parte dos Cieps foram apontados pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ) como um sintoma de descaso das autoridades em relação à educação pública. O senador citou recente reportagem do jornal *O Globo*, segundo a qual os desperdícios resultantes da "desmontagem" dos Cieps já ultrapassam R\$ 30 milhões.

Dos 508 Cieps construídos, informou ele, apenas metade mantém o horário integral, e muitos foram desativados. Conforme Abdias Nascimento, o programa de teleeducação foi ex-

tinto, consultórios médicos e dentários encontram-se fechados, laboratórios de química, física e biologia não podem funcionar devido à falta de professores e as piscinas viraram depósitos de água poluída.

DISCRIMINAÇÃO

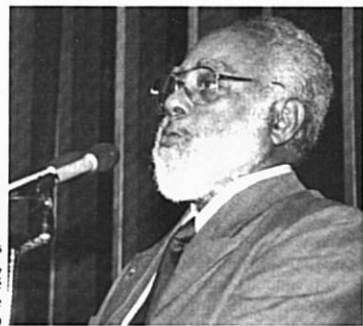
Abdias Nascimento ressaltou ainda que, no país, os contingentes de estudantes afro-brasileiros são discriminados em relação aos brancos. Ele observou, baseado em relatório divulgado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que 35% dos afro-brasileiros são analfabetos, contra 15% dos brancos.

Para o senador, "a situação é reforçada pelo problema da inserção social da população

afro-brasileira, que sofre em dobro os efeitos da pobreza, dentre eles a dificuldade de manter os filhos estudando, dada a necessidade de que esses contribuam para a míngua renda familiar".

- Mais que um resultado das rivalidades e dos ciúmes políticos, a extinção do Progra-

ma Especial de Educação e o abandono dos Cieps são emblemáticos de uma mentalidade que enxerga no pobre - quase sempre negro - um ser inferior, que por isso merece uma educação igualmente inferior, destinada a mantê-lo no "seu" lugar - acrescentou.



Para Abdias Nascimento, afro-brasileiro é vítima de discriminação